

## Presidente da Ajufe é contra estratégia usada pelo governo

O novo presidente da Associação dos JuÃzes Federais do Brasil (Ajufe), Jorge AntÃ′nio Maurique, que assume o órgão que congrega cerca de 1.300 juÃzes, atacou o Governo Federal ontem em BrasÃ-lia. Ele lembrou que durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar das promessas, a Advocacia-Geral da União (AGU) não editou uma ðnica sðmula administrativa que seria capaz de fazer com que a União deixasse de recorrer de matérias que sabe que perderá na Justiça em função de tribunais superiores terem se manifestado de forma conclusiva sobre o tema.

Maurique afirmou que essa postura, al $\tilde{A}$ ©m de manter o Judici $\tilde{A}$ ¡rio atolado – h $\tilde{A}$ ¡ cerca de 4,4 milh $\tilde{A}$ µes de a $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ µes na primeira inst $\tilde{A}$ ¢ncia federal e 1,4 milh $\tilde{A}$ £o de a $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ µes nos juizados especiais federais -, traz s $\tilde{A}$ ©rios problemas econ $\tilde{A}$ 'micos para o governo. "Somente ao continuar com 1,8 milh $\tilde{A}$ £o de a $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ µes sobre as diferen $\tilde{A}$ §as de corre $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ £o dos benef $\tilde{A}$ cios previdenci $\tilde{A}$ ¡rios (da  $\tilde{A}$ ©poca da convers $\tilde{A}$ £o da URV em real) o governo empurra cerca de R\$ 13 bilh $\tilde{A}$ µes e com isso paga, s $\tilde{A}$ 3 de atualiza $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ £o monet $\tilde{A}$ ¡ria dessas a $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ µes, R\$ 130 milh $\tilde{A}$ µes por m $\tilde{A}$ as", afirma.

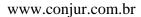
Para ele, hÃ; duas soluções: além da emissão de sðmulas administrativas que desobrigam a União de recorrer de todo e qualquer caso, a propositura de acordos e reconhecimento de problemas antes que as ações judiciais se multipliquem pelas varas do paÃs. "Em outubro do ano passado, assim que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu de forma definitiva o direito à correção previdenciária, nós propusemos um acordo, mas o governo não nos ouviu e hoje temos alguns juizados impraticáveis e problemas orçamentários para a União", diz Paulo Sérgio Domingues, atual presidente da Ajufe.

Maurique, entretanto, criticou o fato de que o atual governo sequer deu continuidade ao que o governo Fernando Henrique Cardoso estava fazendo na AGU, com a edição de sðmulas que liberavam os recursos judiciais do governo. "Não foi editada uma ðnica sðmula sequer e isso demonstra que tão importante quanto a reforma do JudiciÃ;rio e a reforma de mentalidade do Executivo", disse. O governo anterior editou cerca de 30 sðmulas da AGU.

Outro ponto criticado por Maurique em rela $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ £o ao governo Lula foi a forma como foi editado o Programa de Parcelamento Especial (Paes), tamb $\tilde{A}$ ©m chamado de Refis II, que, segundo ele, foi al $\tilde{A}$ ©m do benef $\tilde{A}$ cio concedido para sonegadores de impostos criados no governo anterior. Na  $\tilde{A}$ ©poca do primeiro Refis, no governo de Fernando Henrique, se a empresa entrasse no programa antes da apresenta $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ £o da den $\tilde{A}$ °ncia contra o empres $\tilde{A}$ ¡rio ele n $\tilde{A}$ £o poderia sofrer a $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ £o penal. "Agora o benef $\tilde{A}$ cio se estende at $\tilde{A}$ © para quem j $\tilde{A}$ ¡ tem processos na Justi $\tilde{A}$ §a e casos julgados, fazendo com que pelo menos um empres $\tilde{A}$ ¡rio preso tenha sido libertado por essa medida", afirma.

A Ajufe também aproveitou o dia da apresentação do novo presidente da entidade para lançar sua nova campanha nacional – "Sede de Justiça". O principal objetivo da iniciativa, que não tem prazo definido, é atuar em quatro pontos: priorização dos juizados especiais federais, ampliação imediata da Defensoria Pðblica da União, ética e transparência no Judiciário e combate à impunidade. "As iniciativas envolvem proposta de atuação tanto no Judiciário como no Executivo e no Legislativo", afirma Maurique. Alguns dos pontos interferem até mesmo na reforma

## **CONSULTOR JURÃDICO**





do Judici $\tilde{A}_i$ rio, que deve ser votada no Senado no pr $\tilde{A}^3$ ximo m $\tilde{A}^a$ s. "Um dos nosso objetivos ser $\tilde{A}_i$  tentar derrubar a proposta que cria o foro privilegiado para ex-governantes em caso de a $\tilde{A}$ § $\tilde{A}$ µes sobre improbidade", afirma.

Maurique afirma que se essa proposta não for derrubada no Senado, hÃ; espaço para a discussão do tema, pois o projeto deverÃ; voltar para a Câmara dos Deputados. Ele também pretende revogar a Lei n° 10.628/2002, que criou o foro privilegiado para casos de improbidade de pessoas em cargos pðblicos.

Fonte: Valor Econà mico